

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Assistência estudantil na produção científica brasileira (2020-2024)

Maria Luciene da Silva Araújo, Antonio Jorge Gonçalves Soares

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17248>

Submetido em: 2026-08-01

Postado em: 2026-10-19 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA (2020-2024)

LUCIENE ARAÚJO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1509-8587>

[<assistente.luciene@gmail.com>](mailto:assistente.luciene@gmail.com)

ANTONIO JORGE GONÇALVES SOARES²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7769-9268>

[<aigsoares@gmail.com>](mailto:aigsoares@gmail.com)

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, Brasil.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

RESUMO: A permanência estudantil figura como objeto de estudo pertinente para a compreensão das desigualdades sociais e econômicas que dificultam a conclusão do curso de graduação pelos novos atores sociais que ingressam no sistema universitário brasileiro. Nesse horizonte, com o objetivo de analisar a operacionalização da política de assistência estudantil nas universidades públicas do Brasil, realizou-se revisão sistemática da produção científica indexada nas bases de dados SciELO e Periódicos CAPES. O levantamento dos artigos se deu no arco temporal 2020 a 2024 com o uso dos descritores: assistência estudantil e assistência ao estudante. A partir de uma abordagem qualitativa orientada pela teoria social crítica, observou-se que, entre os 36 artigos, predominam análises centradas no auxílio financeiro, embora haja avanços ao articular permanência material, acadêmica e simbólica. Verificou-se também a baixa incidência de estudos sobre esporte, cultura, lazer, inclusão, apoio pedagógico e saúde mental, bem como sobre a assistência estudantil nas universidades estaduais. Ademais, a dimensão orçamentária aparece como eixo central, evidenciando que o contingenciamento de recursos restringe o alcance das políticas, reforça seu caráter seletivo e prioriza a sobrevivência material em detrimento da formação integral.

Palavras-chave: Permanência, assistência estudantil, universidade pública.

STUDENT ASSISTANCE IN BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION (2020-2024)

ABSTRACT: Student retention is a relevant subject of study for understanding the social and economic inequalities that hinder the completion of undergraduate courses by new social actors entering the Brazilian university system. Within this context, aiming to analyze the operationalization of student assistance policies in Brazilian public universities, a systematic review of scientific production indexed in the SciELO and CAPES Journals databases was conducted. The articles were searched for the period 2020 to 2024 using the descriptors: student assistance and student support. Using a qualitative approach guided by critical social theory, it was observed that, among the 36 articles, analyses focused on financial aid predominated, although there are advances in articulating material, academic, and symbolic retention. A low incidence of studies on sports, culture, leisure, inclusion, pedagogical support, and mental health, as well as on student assistance in state universities, was also noted. Furthermore, the budgetary dimension emerges as a central axis, highlighting that the withholding of resources restricts the reach of policies, reinforces their selective nature, and prioritizes material survival over comprehensive education.

KeyWords: Permanence, student assistance, public university.

ASISTENCIA ESTUDIANTIL EN LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA BRASILEÑA (2020-24)

RESUMEN: La retención estudiantil es un tema relevante para comprender las desigualdades sociales y económicas que dificultan la finalización de los estudios de pregrado por parte de los nuevos actores sociales que ingresan al sistema universitario brasileño. En este contexto, con el objetivo de analizar la operacionalización de las políticas de asistencia estudiantil en las universidades públicas brasileñas, se realizó una revisión sistemática de la producción científica indexada en las bases de datos SciELO y CAPES Journals. Se buscaron artículos para el período 2020-2024 utilizando los descriptores: asistencia estudiantil y apoyo estudiantil. Mediante un enfoque cualitativo guiado por la teoría social crítica, se observó que, entre los 36 artículos, predominaron los análisis centrados en la ayuda financiera, aunque existen avances en la articulación de la retención material, académica y simbólica. También se observó una baja incidencia de estudios sobre deportes, cultura, ocio, inclusión, apoyo pedagógico y salud mental, así como sobre asistencia estudiantil en universidades estatales. Además, la dimensión presupuestaria emerge como un eje central, lo que resalta que la retención de recursos restringe el alcance de las políticas, refuerza su carácter selectivo y prioriza la supervivencia material sobre la educación integral.

Palabras clave: Permanencia, asistencia estudiantil, universidad pública.

INTRODUÇÃO

As universidades públicas e privadas de elite no Brasil foram, historicamente, constituída para atender aos interesses de uma minoria econômica e política, pouco comprometida com as demandas mais amplas da população (Fávero, 2006). Nesse sentido, o acesso ao ensino superior organizou-se por meio de mecanismos que produziram e reproduziram barreiras à entrada e à permanência de sujeitos oriundos das classes populares (Cunha, 1979). É precisamente em resposta a essa configuração excludente que, nas últimas décadas, foram instituídos mecanismos legais e institucionais voltados à ampliação do acesso e à promoção da permanência estudantil. Tais iniciativas partem do reconhecimento de que as desigualdades sociais, raciais e educacionais não são contingentes, mas resultam de processos sócio-históricos, econômicos e culturais que estruturam a sociedade brasileira.

Desse modo, a política de assistência estudantil se estrutura enquanto mecanismo situado no rol das iniciativas que objetivam romper com as raízes elitistas e excludentes da universidade pública brasileira. Por conseguinte, a condição dessas(es) estudantes, vindos das camadas populares, requisitam ações concretas que viabilizem e assegurem a permanência e conclusão do curso. O novo perfil de estudantes aponta para um crescente ingresso de pessoas negras (51, 1%) nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), de acordo com a V Pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural de Estudantes de Graduação realizada em 2018 pelo Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE).

Tal pesquisa também revelou que 60,4% da comunidade estudantil cursou o ensino médio apenas em escola pública, e 41, 9% ingressou na IFES por meio da política de ações afirmativas. Além disso, 70,2% das(os) estudantes possui renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo (FONAPRACE, 2019, p. 60). Os dados revelam que as universidades federais estão vivenciando um processo de mudança no perfil socioeconômico estudantil que evidencia a necessária consolidação da política de assistência estudantil.

A assistência estudantil (AE) no Brasil --inicialmente regulamentada pelo Decreto de nº 7.234/2012 que foi substituído pela Lei de nº 14.914/2024-- orienta a oferta de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, apoio pedagógico, dentre outras. No entanto, a implementação dessa política é orientada por diretrizes neoliberais, que tendem a configurar as políticas sociais como mecanismos de alívio da pobreza voltados à parcela mais empobrecida da população. Sob essa

perspectiva, sua operacionalização ocorre por meio de processos marcados por rígidos critérios de seleção, centrados essencialmente na renda das famílias e/ou do indivíduo.

O presente artigo analisa a operacionalização da política de assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras a partir da produção acadêmica recente sobre o tema. Para tanto, realiza-se uma revisão sistemática de artigos indexados nas bases SciELO e Periódicos CAPES, no período de 2020 a 2024. Parte-se da hipótese de que as dimensões pedagógicas e emocionais da permanência têm recebido atenção ainda limitada, na medida em que a política de assistência estudantil tem se orientado predominantemente para o atendimento das necessidades materiais, especialmente por meio de auxílios financeiros.

Partindo da perspectiva que as condições de permanência estudantil não se reduzem à dimensão material,

[...] propõe-se uma AE que leve em consideração a complexidade do ser humano, o qual deve ser visto como um ser social, de desejos e de direitos, cujas necessidades para realização de uma vida plena e digna perpassam fatores como moradia, alimentação, saúde, lazer, cultura, educação etc. Assim, as ações de assistência ao estudante devem ser pensadas na mesma proporção desta complexidade e voltadas para esses anseios (OLIVEIRA; VARGAS, 2012). Garantindo essas dimensões, busca-se uma AE que se estabeleça enquanto “política pública fundamental, não só de permanência, mas também de formação completa dos estudantes” (ARAÚJO; BEZERRA, 2007, p. 5) (Dutra; Santos, 2017, p. 170).

Em face a essa concepção, a permanência universitária passa a ser entendida enquanto um processo multidimensional e multifatorial em que aspectos materiais, acadêmicos e simbólicos confluem para a continuidade e conclusão do curso. Heringer *et al* (2025, p. 196) definem:

É nesse sentido que concebemos permanência estudantil como o conjunto de políticas institucionais voltadas à inserção dos estudantes na vida acadêmica, por meio de programas e ações de ensino, pesquisa, extensão e assistência, a fim de que permaneçam na universidade e concluam seus cursos construindo seu senso de pertencimento, desfrutando de uma formação com diferentes possibilidades de participação, além da sala de aula, e com qualidade de aprendizagem (LEPES, 2024).

Por ser uma noção em construção (Heringer *et al.*, 2025), a permanência estudantil é frequentemente reduzida à assistência estudantil, embora esta constitua apenas uma de suas dimensões, voltada a públicos marcados por determinantes sociais, econômicos, raciais e culturais. Tal distinção evidencia a necessidade de reconhecer a diversidade dos perfis estudantis, constituídos por dimensões como classe, raça/etnia, gênero, sexualidade e deficiência.

PERCURSO METODOLÓGICO

A revisão sistemática, realizada no segundo semestre de 2025, pautou-se na análise da produção científica brasileira publicada no período de 2020 a 2024, nas bases de dados Scielo e Periódico CAPES. O levantamento dos artigos partiu dos termos de busca: assistência estudantil; assistência ao estudante (utilizado sem aspas) a fim de responder à questão: como a produção científica brasileira, no período de 2020 a 2024, tem problematizado a operacionalização da política de assistência estudantil pelas universidades públicas?

Para a realização da pesquisa, utilizou-se os seguintes filtros: ano: 2020-2024; idioma: português e artigo original. Na base Periódicos CAPES, acrescentamos os seguintes filtros: revisão por pares; produção nacional; acesso aberto (*Open Access*). Como critérios de exclusão, foram elencados: artigos duplicados; títulos que remetiam a outro nível de ensino; estudos derivados de relato de experiência **não relacionado com a assistência estudantil**; artigos que não contemplavam às áreas estratégicas do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)ⁱ (2007), sendo elas com suas respectivas linhas temáticas: permanência (moradia, alimentação, saúde (física e mental), transporte, creche, condições básicas para

atender os portadores de necessidades especiais); desempenho acadêmico (bolsas, estágios remunerados, ensino de línguas, inclusão digital, fomento à participação político-acadêmica, acompanhamento psicopedagógico); cultura, lazer e esporte (acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais, acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer); assuntos da juventude (orientação profissional, sobre mercado de trabalho, prevenção a fatores de risco, meio ambiente, política, ética e cidadania, saúde, sexualidade e dependência química) (ADIFES, 2007).

Em relação aos critérios de inclusão, foram estabelecidos: artigos de cunho teórico e empírico referentes à operacionalização dos programas de assistência estudantil nas universidades públicas. A partir disso, estabeleceu-se 04 etapas para a constituição do corpus de artigos a ser analisado posteriormente.

Na primeira etapa foram encontrados 197 artigos, conforme o quadro abaixo:

Quadro 01 - quantidade de artigos (n= 197)

Base de dados	Período	Assistência Estudantil	Assistência ao estudante	Parcial	Repetidos entre os termos
SciELO	2020	39	20	59	08
Periódicos CAPES	a 2024	131	07	138	03
Total				197	11

Fonte: elaboração própria.

Ao analisar o conjunto de artigos constituído pelos 197 selecionados, identificamos a repetição de 30 artigos entre as bases de dados. Com isso, restaram 167 artigos únicos.

A segunda etapa pautou-se no uso dos critérios de exclusão e leitura dos resumos em busca da consonância com o objetivo e a questão desta revisão sistemática. Os critérios de exclusão foram aplicados aos 167 artigos que resultou na exclusão de 124 artigos. No conjunto de artigos excluídos houve a predominância de temáticas sobre educação profissional e reflexão teórica-conceitual. Adiante, restaram 42 artigos identificados com as áreas estratégicas e linhas temáticas do PNAES/FONAPRACE (2007).

Quadro 02 - quantitativo de artigos conforme as áreas estratégicas do PNAES (n=42)

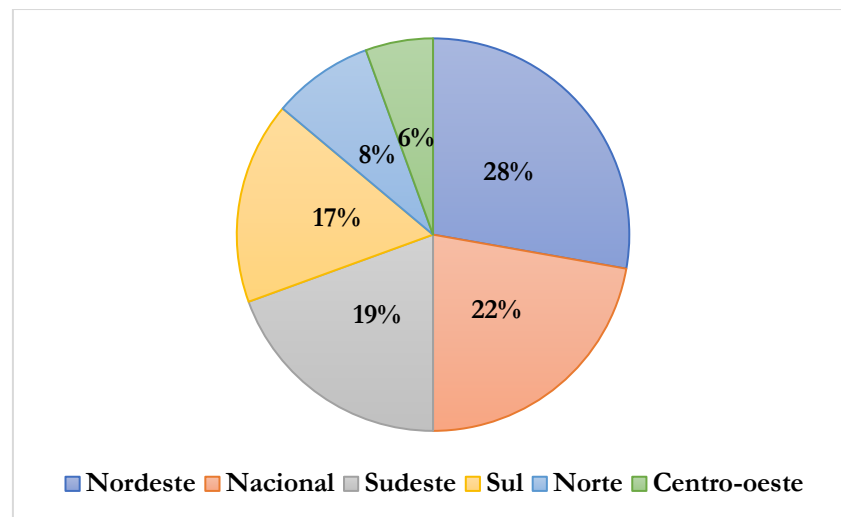
Áreas estratégicas do PNAES						
1ª parcial	1ª exclusão	Total	Desempenho acadêmico	Permanência	Esporte, cultura e lazer	Assuntos da juventude
167	125	42	24	15	02	01

Fonte: elaboração própria.

Referente à segunda fase de exclusão, esta foi realizada a partir da leitura do resumo, introdução e conclusão dos 42 artigos organizados anteriormente, sendo excluídos 06, pois tratavam de relato de experiência não relacionados com a assistência estudantil (ações de pesquisa, extensão na assistência à(o) estudante e prática docente no contexto pandêmico - 05), bem como sobre universidade municipal com cobrança de mensalidade (01).

Na terceira etapa, realizou-se a sistematização dos artigos a partir da leitura do resumo, introdução e conclusão. Após a etapa de exclusão, obteve-se o total de 36 artigos que abordam diretamente a assistência estudantil em universidades públicas brasileiras. Esses artigos estão distribuídos geograficamente conforme o gráfico 01:

Gráfico 01 - distribuição geográfica dos artigos (n= 36)



Fonte: elaboração própria.

O gráfico 01 apresenta a predominância de produções que realizam análise sobre os programas de assistência estudantil na região Nordeste (10) com ênfase nas universidades federais, sendo uma tendência no conjunto dos artigos. Por conseguinte, 08 artigos analisaram a política de assistência estudantil nas universidades federais. A região Sudeste e Sul contaram com 07 e 06 artigos, respectivamente. As regiões Norte (03) e Centro-Oeste (02) apresentaram o menor número de produções. Referente ao percurso metodológico do conjunto das produções, o quadro 03 ilustra uma síntese elaborada a partir das informações fornecidas pelas autorias dos artigos.

Quadro 03 - síntese do percurso metodológico dos artigos (n= 36)

Eixo de agrupamento	Categorias	Caracterização
Abordagem metodológica	Qualitativa	Pesquisas exploratórias e descritivas; análise documental; entrevistas semiestruturadas; grupos focais; análise de conteúdo; análise do discurso.
	Quantitativa	Estudos descritivos; estatística descritiva; análise de dados secundários (INEP/ENADE); questionários tipo <i>survey</i> ; estudos de coorte.
	Quali-quantitativa	Estudos exploratórios e descritivos combinando questionários, entrevistas e análise documental; triangulação de dados.
Finalidade da pesquisa	Exploratória	Estudos voltados à compreensão inicial da assistência estudantil, permanência e políticas institucionais.
	Descritiva	Mapeamento de perfis de estudantes, gestores e programas; caracterização da execução do PNAES.
	Explicativa/causal	Análise de relações entre variáveis (permanência, desempenho, evasão, acesso a auxílios).
Procedimentos metodológicos	Pesquisa bibliográfica	Revisões narrativas de literatura; fundamentação teórica sobre assistência estudantil e permanência.
	Pesquisa documental	Análise de legislações, marcos institucionais, sites de universidades, relatórios e bases administrativas.

	Estudo de caso	Investigação aprofundada em universidades específicas (campus, programas, pró-reitorias).
	Pesquisa de campo	Coleta direta com estudantes, gestores e técnicos por meio de questionários, entrevistas e grupos focais.
	Pesquisa participante	Estudos com envolvimento direto dos sujeitos e da comunidade acadêmica.
Técnicas de coleta de dados	Questionário (<i>online/survey</i>)	Aplicado a estudantes beneficiários ou não da assistência estudantil; gestores; profissionais da política.
	Entrevista semiestruturada	Gestores de pró-reitorias, burocratas de alto escalão, profissionais da assistência estudantil.
	Grupo focal	Gestores e atores institucionais envolvidos na implementação das políticas.
	Bases de dados secundários	Microdados do ENADE; dados institucionais; registros administrativos; e-SIC.
Técnicas de análise de dados	Análise de conteúdo	Predominantemente segundo Bardin; aplicada a documentos, entrevistas e respostas abertas.
	Estatística descritiva	Frequências, médias e cruzamentos simples em estudos quantitativos.
	Análise do discurso	Utilizada em pesquisas qualitativas críticas sobre permanência e assistência estudantil.

Fonte: elaborado com o uso de Inteligência Artificial a partir das informações sistematizadas pela autoria.

Na quarta etapa, foi realizada a leitura integral dos artigos e organização em unidades temáticas. A leitura integral dos 36 artigos, organizados conforme as áreas estratégicas do PNAES (2007), buscou realizar uma análise geral do manuscrito e a problematização crítica da operacionalização da assistência estudantil nas universidades públicas. Nessa etapa, foram construídas unidades temáticas a partir do agrupamento dos artigos conforme o objeto de estudo de cada um deles.

Quadro 04 - unidades temáticas (n= 36)

Unidade Temática	Quantidade
Auxílio-financeiro	11
PNAES	10
Moradia estudantil	06
Saúde e Saúde mental	04
Apoio pedagógico	02
Esporte	02
Inclusão educacional	01

Fonte: elaboração própria.

As unidades temáticas demonstram a predominância de produções sobre auxílio-financeiro, o PNAES e sobre moradia estudantil, a partir daí decresce a frequência dos textos voltados ao apoio psicológico, pedagógico e de sociabilidade. Observe-se que sobre inclusão educacional tivemos apenas 01 artigo levantado. A seguir, aborda-se cada unidade temática com os respectivos artigos organizados anteriormente.

RESULTADOS E ANÁLISES

A discussão empreendida pelas produções científicas selecionadas envereda pela relevância da assistência estudantil no contexto de democratização da universidade pública brasileira, assim como

dos mecanismos para a implementação, avaliação, monitoramento e gestão dos programas e serviços preconizados pelos eixos do PNAES (2025). Acrescenta-se, ainda, que os artigos tratam da diversidade de sujeitos participantes das pesquisas de campo (estudantes, gestores e equipe multiprofissional), dos documentos, dos referenciais teóricos adotados e do *modus operandi* dessa política antes, durante e após a pandemia do Covid-19.

A totalidade dos artigos analisados é unânime no reconhecimento das desigualdades sociais, econômicas e educacionais que impactam para a permanência na educação superior. Contudo, a maioria dos artigos (25) não demarcou um conceito de assistência estudantil, o que aponta para a tendência de as investigações fundamentar suas análises apenas sob a ótica normativa. No limite, apresentam o objetivo e as áreas estabelecidas pelo PNAES (2007). A ausência de um conceito ou noção de assistência estudantil pode ser considerada uma lacuna na maioria das produções científicas do período entre 2020 a 2024, na medida que incorre no enquadramento dessa política nos limites institucionais voltados para suprir necessidades materiais de forma universal para os necessitados, sem levar em conta as diferentes demandas dos sujeitos que podem ser mediadas pelas dimensões de classe, raça/etnia, gênero, sexualidade e deficiência.

Por outro lado, a leitura crítica sobre assistência estudantil e atendimento às necessidades básicas, mencionada no início desse trabalho, está, mais ou menos, presente em 11 artigos que, de certa forma, conceitua a assistência estudantil e/ou a permanência universitária. O artigo de Ganam e Pinezi (2021, p. 06) conceitua permanência estudantil:

[...] conforme ressalta Santos (2009) em seu estudo sobre a trajetória de estudantes negros na Universidade Federal da Bahia, apresenta duas dimensões inter-relacionadas, a saber: uma definida como material e outra como simbólica, porém ambas envolvem formas imbricadas de existência dos estudantes no interior da universidade.

Enquanto a assistência estudantil “estaria relacionada a diversos setores dos direitos humanos, e por isso ela contempla, além dos meios financeiros para a manutenção do estudante durante o curso, cuidados relacionados à saúde, alimentação, lazer, entre outros” (Rodrigues; Ramos, 2023, p. 79).

Diante desse panorama, as unidades temáticas foram organizadas com vistas a contribuir para a compreensão da operacionalização dessa política nas universidades públicas de forma a problematizar a assistência estudantil ampliada que possui um público-alvo específico: os novos atores sociais vindos das camadas populares.

A predominância do auxílio-financeiro

O auxílio-financeiro foi objeto de estudo em 31% das produções analisadas, sendo abordado sob o prisma da avaliação de impacto, avaliação de efetividade, e sua relação com o desempenho acadêmico e as dificuldades de permanência na graduação presencial e a distância.

O artigo de Céspedes *et al* (2021), abordou a avaliação de impacto do programa de auxílio permanência para a continuidade e conclusão do curso de graduação na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Realizou análise documental dos dados institucionais referentes às(aos) estudantes ingressantes e concluintes no período de 2012 a 2016. Indicou que estudantes com a mesma renda per capita possuem maior probabilidade de concluir o curso e conseguir melhor desempenho caso façam parte do Programa de Auxílio para Estudantes (Pape).

Discutiu sobre a estratificação do perfil econômico das(os) estudantes a partir da renda per capita familiar tendo como referência o salário-mínimo nacional, assim como outros fatores sociofamiliares. A citada estratificação é utilizada pela instituição para construir distintos perfis socioeconômicos estudantis a fim de ofertar um valor maior para estudantes mais vulneráveis. Finaliza defendendo a importância do auxílio-financeiro para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social, bem como a ampliação dos recursos públicos para o PNAES.

Por conseguinte, Julião, Pereira e Ferreira (2022) objetivaram avaliar o impacto da política de assistência estudantil por meio do desempenho acadêmico de estudantes de baixa renda. Utilizaram as notas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) de discentes das universidades

federais e sua relação com o recebimento de algum tipo de auxílio (moradia, alimentação, permanência). Concluiu-se, por um lado, o esperado que a escolaridade dos pais impacta para o desempenho positivo e, por outro, que o recebimento de algum auxílio estudantil gera melhor desempenho acadêmico daqueles com menor renda e situados nos baixos estratos socioeconômicos. É interessante o dado apresentado referente a mais de 9 mil estudantes com renda familiar de mais 10 salários-mínimos, tendo, entre eles, 153 estudantes com o recebimento de auxílio, “o que fere a proposta da política de assistência estudantil (Julião; Pereira; Ferreira, 2022, p. 221).

Ribeiro e Silva (2021) investigaram o impacto da Bolsa Permanência na trajetória de estudantes da graduação a distância da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). A partir de 15 questionários aplicados virtualmente - devemos destacar que esse é um N reduzido para o alcance das análises e conclusões-, os autores demonstraram que o auxílio financeiro constitui um recurso central para a permanência estudantil, permitindo custear despesas diretamente relacionadas à continuidade dos estudos, como transporte, aluguel, internet, contas domésticas e materiais acadêmicos. Além de mitigar restrições econômicas, a bolsa estimula a participação dos estudantes em atividades de pesquisa e extensão, uma vez que sua manutenção está vinculada ao envolvimento nessas ações. Os resultados evidenciam que a permanência no ensino superior, especialmente na modalidade EaD, depende não apenas do acesso à vaga, mas também da existência de condições materiais mínimas para o estudo. Entre os principais obstáculos identificados pelos participantes estão as limitações de acesso à internet, a vulnerabilidade socioeconômica, a falta de equipamentos adequados para estudo e as dificuldades de deslocamento até os polos presenciais (Ribeiro; Silva, 2021, p. 200).

Maluf, Xavier e Victor (2021) discutiram sobre o impacto da assistência estudantil para as(os) estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) conforme o censo de 2018. Aplicaram questionário, obtendo 211 respostas que sinalizaram a importância da assistência estudantil para o desempenho acadêmico, embora o valor recebido não seja suficiente para assegurar uma permanência de qualidade.

Ganam e Pinezi (2021) investigaram sobre os desafios da permanência estudantil universitária de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. As autoras abordaram sobre os resultados da pesquisa realizada com estudantes cotistas na Unifesp, e problematizou duas dimensões da permanência universitária: material e simbólica.

[...] esses estudantes, a estarem menos pressionados pela luta pela sobrevivência material, podem participar mais ativamente da vida universitária, o que, por sua vez, possibilita que eles se envolvam com projetos acadêmicos, construam sua identidade no meio acadêmico e possam desenvolver futuros empreendimentos em termos profissionais. Como se vê, as dimensões material e simbólica são justapostas (Ganam; Pinezi, 2021, p. 16).

No referido estudo foram entrevistados 15 estudantes cotistas, bem como realizadas observações no cotidiano da universidade a fim de analisar as dificuldades e estratégias para continuar o curso. Ressalta-se a política de assistência estudantil como fundamental para assegurar a permanência material, embora tenha reduzido tal política a oferta de auxílio-financeiro, além de considera-la como bolsas de pesquisa e extensão. Por conseguinte, no que se refere à permanência em nível simbólico, as entrevistas apontaram para preconceitos e estigmas relacionados à condição de cotista e de transferido vindos de universidades particulares, bem como as implicações para o sentimento de pertencimento. Acrescenta-se as experiências positivas na interação entre professores e esses estudantes a fim de diminuir as lacunas decorrentes da precária educação básica.

Sobre o desempenho acadêmico e as dificuldades dos estudantes em situação vulnerabilidade socioeconômica que recebem assistência estudantil na Universidade de Brasília (UnB), Almeida e Silva (2020, p. 90) encontraram:

[...] relação direta entre as dificuldades decorrentes da pior formação no ensino médio, da menor dedicação devido à necessidade de trabalhar e da falta de tranquilidade resultante da insuficiência dos programas de assistência estudantil com o pior desempenho acadêmico pelos alunos em vulnerabilidade socioeconômica.

Contudo, analisaram a referida política apenas sob o aspecto financeiro. Ademais, consideram que o fato da assistência estudantil na UnB não exigir contrapartida, o desempenho não é influenciado por ela, e nem por questões de assédio moral, conceituado de forma superficial como sendo “comentários e brincadeiras que objetivam denegrir imagem pessoal” (Idem, p. 80). Diante disso, é necessário problematizar que os autores deixam a entender que há um índice aceitável de assédio moral na universidade, e que os auxílios financeiros, ao ultrapassarem um salário-mínimo, juntamente com o restaurante universitário, são suficientes para sanar as dificuldades de sobrevivência, tendo em vista que a maioria a população brasileira sobrevive com um salário-mínimo. Considera-se que tais proposições não apreendem criticamente a realidade social, na mesma medida que negligencia a existência de estudantes que não recebem auxílio financeiro somado à bolsa de pesquisa/extensão. Da mesma forma, desconsidera o elevado custo de vida na capital do país e naturaliza as desigualdades ao equiparar condições de sobrevivência distintas, sem o devido aprofundamento analítico.

Brito, Pinheiro e Tameirão (2022) realizaram avaliação da efetividade do PNAES para as primeiras turmas do Campus Janaúba da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Por meio de pesquisa quantitativa, objetivou analisar a contribuição dos auxílios financeiros para o desempenho das estudantes. Para tanto, comparou o coeficiente de rendimento entre bolsistas, não bolsistas e estudantes que não concorreram à bolsa. Destacam a importância do auxílio financeiro para o desempenho acadêmico, a diplomação e a não-evasão. Também apresentam que aqueles que concorreram à bolsa, mas não foram contemplados, possuem melhor desempenho e índice de evasão menores que aqueles que não concorreram à bolsa. Os autores sugerem que esse resultado pode estar relacionado às estratégias mobilizadas pelos estudantes para acessar o auxílio em seleções posteriores. Por fim, avaliam positivamente o PNAES, mas sinalizam para o comprometimento das ações frente às constantes reduções orçamentárias.

Sobre os avanços e desafios da assistência estudantil na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Gomes, Brasileiro e Gomes (2023) analisaram a percepção dos estudantes que ingressaram na UFOPA a partir de 2017 com previsão de conclusão até 2020. O público-alvo da pesquisa foi constituído por estudantes que recebiam auxílio financeiro. A pesquisa, realizada por meio de questionário eletrônico, contou com a participação de 75 estudantes, em que a maioria se identificou como mulheres e pardos. Concernente à importância do auxílio para a permanência,

[...] houve 77% de concordância plena ou total. O item “Sem o(s) auxílio(s) eu precisaria trabalhar para me manter estudando na Universidade” foi indicado com total concordância para 52 (69%) dos estudantes. A terceira maior concordância total foi indicado por 50 estudantes (67%) para “Sem o(s) auxílio(s) não seria possível me manter na Universidade” (Gomes; Brasileiro; Gomes, 2023, p. 19).

Ainda na região Norte, o artigo de Fadairo *et al* (2020) analisou a percepção de estudantes que recebem ou receberam algum tipo de auxílio da assistência estudantil na Universidade Federal do Pará (UFPA). Essa análise objetivou avaliar a gestão dessa política na referida universidade. Classificaram as respostas quantitativas em três fatores: qualidade do atendimento, acompanhamento institucional e relevância da assistência estudantil.

A análise desses fatores mostrou que a gestão da assistência estudantil é considerada adequada e avaliada como satisfatória na instituição. Os resultados do estudo reforçam a compreensão que as políticas públicas são interpretadas e ajustadas ao longo da execução, aspecto que coloca em evidência a necessidade de acompanhamento para assegurar sua efetividade (Fadairo *et al*, 2020, p. 384).

Guerra *et al* (2021) partiram dos questionários do Enade para analisar o desempenho acadêmico de estudantes de educação física em 2017. Segundo os dados produzidos, “em todas as variáveis investigadas - sexo, tipo de instituição e região geográfica do território nacional - houve diferença significativa no desempenho de bolsistas e não bolsistas” (Guerra *et al*, 2021, p. 07). Embora o artigo analise o desempenho de estudantes bolsistas no Enade, não problematiza a assistência estudantil e o seu público-alvo ao considerar as bolsas de iniciação científica e à docência, monitoria e tutoria como sendo

integrante dessa política. Apesar do estudo evidenciar o desempenho de bolsistas com maiores médias, bem como em universidades públicas e da região nordeste, não aproxima a discussão do viés meritocrático necessário para ter acesso a esse tipo de bolsa.

Para finalizar as análises centradas no recebimento de auxílio financeiro, Cunha *et al* (2022), relataram as ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Pampa - Campus Uruguaiana no período da pandemia do Covid-19. Por meio do relato de experiência do Núcleo de Desenvolvimento Educacional evidenciaram os dados referentes às condições de vida da comunidade discente que recebia algum tipo de auxílio. Tais condições foram sintetizadas em saúde mental, desequilíbrio financeiro e ambiente favorável familiar. Ademais, analisaram o índice de satisfação em relação à assistência estudantil, em que “43 participantes (42,6%) atribuíram nota 5; 44 estudantes (43,6%) nota 4; 13 estudantes (12,9%) nota 3; 1 estudante (1%) nota 2” (Cunha *et al*, 2022, p. 13).

PNAES e seus programas socioassistenciais

A trajetória, execução e ações referentes ao PNAES foram investigadas em 28% das produções analisadas. Destaca-se que, do total de 10 artigos, 04 problematizam o contexto pandêmico e suas implicações para a permanência estudantil. Não obstante, o estudo do PNAES abordou questões sobre o acesso e permanência na universidade federal, assim como contou com avaliação de eficácia do programa.

Cunha, Oliveira e Fernandes (2023) investigaram a trajetória do programa nacional de assistência estudantil na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) a partir dos relatórios de avaliação de execução do PNAES (2017, 2018, 2019) e das percepções dos implementadores de alto escalão que atuam na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE).

Os autores analisaram as taxas de evasão e de desempenho acadêmico entre bolsistas e não bolsistas. Além disso, problematizaram a ampliação de vagas, o ingresso de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a focalização da política de assistência estudantil e o contingenciamento financeiro após o golpe parlamentar de 2016. A fim de complementar os dados quantitativos, entrevistaram 03 burocratas de alto escalão que relataram a dificuldade financeira em atender a alta demanda por assistência estudantil, assim como as potencialidades do PNAES nas áreas da convivência, do desenvolvimento social e acadêmico, da saúde mental, embora exista a tendência de bolsificar as respostas às demandas estudantis.

Por meio de pesquisa quanti-qualitativa, Câmara e Nunes (2022) objetivaram analisar o Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo (Proaes-Ufes), no Centro Universitário Norte do Espírito Santo. A partir da abordagem do ciclo de políticas, analisaram o contexto da prática e dos resultados/efeitos da referida política em dois grupos de estudantes: ativos e inativos (evadidos e formados) no período de 2006 a 2020. Destarte:

No que diz respeito às principais dificuldades para a permanência na universidade e conclusão do curso superior, os alunos ativos e inativos, identificaram que são: a dificuldade financeira, a dificuldade de deslocamento moradia x instituição e a dificuldade emocional. [...] Por sua vez, os auxílios que mais contribuem para a permanência na universidade e conclusão do curso superior são os auxílios: alimentação, transporte, moradia, material de consumo e empréstimo estendido de livros (Câmara; Nunes, 2022, p. 133).

Interessa mencionar que a necessidade de apoio pedagógico foi apontada como uma das dificuldades que contribuíram para a evasão e/ou continuidade dos estudos. Os respondentes do questionário indicaram que a assistência estudantil, recebida por meio do Proaes, favoreceu para um bom desempenho acadêmico. Destaca-se, ainda, que os questionários respondidos por estudantes evadidos, indicaram que os programas de atendimento psicológico e apoio pedagógico como possíveis programas que poderiam atuar para a não evasão. Dentre as sugestões para ampliar os programas, foram pontuados a moradia, atenção à saúde e o apoio pedagógico.

Nessa esteira, o artigo de Macedo e Soares (2020) resultou de uma pesquisa de mestrado que avaliou a eficácia do PNAES na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Para tanto, analisaram o alcance

dos programas ofertados pela universidade, e as possíveis implicações da assistência estudantil, ou a ausência dela, na permanência de cotistas. Concluíram que a presença da assistência estudantil na trajetória desses estudantes possui eficácia ao possibilitar maior aprovação nas disciplinas, menores taxas de trancamento e evasão. Os dados apontaram para um cenário controverso ao investigar a situação de estudantes cotistas que não participam do PNAES. É válido ressaltar que, além da contribuição da assistência estudantil para a permanência, os requisitos para que possam continuar participando do programa ocasionam maiores taxas de aprovação e não trancamento. Depreende-se que, continuar participando dos programas, também pode ser uma estratégia de sobrevivência. Ademais, ponderou-se que as reprovações e trancamento podem decorrer de dificuldades na aprendizagem relacionadas à didática, aos métodos avaliativos, à relação com o docente, bem como à formação na educação básica. Enfatizou-se a importância da orientação pedagógica e de ações articuladas com os demais setores da universidade. Por fim, a análise problematiza as limitações decorrentes da focalização e seletividade da assistência estudantil de forma contextualizado aos eventos políticos e econômicos no Brasil que incidem na retração das políticas sociais e no aumento das demandas.

Em se tratando do acesso e permanência estudantil, Scher e Oliveira (2020) objetivaram analisar, quantitativamente, os dados de estudantes atendidos pela PNAES na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFES), campus Realeza, no período de 2010 a 2016. Para tanto, verificaram a taxa de ingressantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de evadidos, retidos e concluintes. Problematicaram a equipe multidisciplinar da universidade por não contar com profissionais de psicologia e de pedagogia.

[...] Fica evidenciado também que a assistência estudantil, implementada essencialmente pela via do auxílio financeiro, não apresenta condições suficientes para a atenção às diferentes dificuldades apresentadas pelo corpo discente. A questão econômica e o atendimento às necessidades básicas de alimentação, moradia, transporte, constituem apenas um aspecto da vida universitária (Scher; Oliveira, 2020, p. 23).

Reiteram que mesmo o repasse financeiro é insuficiente para contribuir com a permanência e a formação de qualidade, bem como destacaram a necessidade de orientação pedagógica para mitigar as dificuldades de aprendizagem do público estudantil que, em sua maioria, é egresso da escola pública.

Cruz *et al* (2023) analisaram o desempenho acadêmico de estudantes que receberam apoio estudantil comparando-os com estudantes que não foram beneficiados, mas que possuíam características semelhantes na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Foram analisados os dados estatísticos dos estudantes que ingressaram na FURG entre 2013 e 2016, a fim de observar as variáveis de desempenho no grupo de não-beneficiados para pensar a sua influência no grupo beneficiado. Concluíram que a assistência estudantil, ofertado por meio de auxílios financeiros, casa de estudantes e serviços educacionais e de saúde, contribuíram significativamente para o desempenho acadêmico, com uma diferença, por semestre, de 21% no rendimento dos grupos favorável aos beneficiados.

Nessa mesma direção, o estudo de Menezes *et al* (2023) analisou o índice de desempenho acadêmico de estudantes que receberam assistência estudantil na Universidade Federal de Sergipe (UFS) com ingresso em 2010 e 2015. O artigo apresenta a avaliação da coorte desses estudantes em relação a taxa de conclusão, evasão e retenção. Os dados apontaram que estudantes que recebem assistência estudantil possuem maior índice de rendimento acadêmico, com destaque para as mulheres, pessoas negras e egressas de escolas privadas. Evidenciaram, ainda, que pessoas negras e egressas de escolas públicas possuem desvantagens educacionais, sinalizando para a importância do apoio pedagógico.

Para problematizar as ações da política de assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior durante a pandemia do Covid-19, Cintra *et al* (2022) compararam as ações de assistência estudantil antes e durante a pandemia. No primeiro momento, evidenciaram que as áreas prioritárias de assistência foram: alimentação, moradia, transporte e creche. No segundo momento, foram alimentação, apoio pedagógico e a inclusão digital, sendo que esta “merece um destaque, tendo em vista que estas ações configuravam última colocação no rol das ações praticadas antes da pandemia” (Cintra et al, 2022, p. 16). Sumariamente, em virtude das normativas sanitárias para a contenção e controle do vírus, as ações

de assistência estudantil nas instituições investigadas foram realizadas de forma online, repasse de auxílio-financeiro, doações de alimentos, dentre outras.

Na mesma linha de estudo acerca da assistência estudantil no contexto pandêmico, Braga e Santos (2021) analisaram tais ações na UFPA. As autoras destacaram a constante redução do orçamento iniciada em 2016, e o corte orçamentário nos 60 milhões em 2015 para 4,3 milhões em 2021. O restrito orçamento impediu a universidade de desenvolver ações que pudessem atender o maior número de estudantes, sendo necessário a gestão desses recursos sob o prisma da focalização e seletividade dos mais vulnerabilizados. Como consequência, a UFPA, para amenizar as implicações da pandemia no processo formativo e mitigar as possibilidades de evasão, implementou ações de cunho financeiro, sendo o repasse de auxílio voltado para as áreas de alimentação e inclusão digital, bem como ações no âmbito da saúde mental e do apoio pedagógico.

Mattos, Matte e Maraschin (2024), por meio de revisão de literatura, análise documental e entrevista com uma técnica da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da UFSM, abordaram as ações de assistência estudantil na UFSM durante a pandemia. O estudo evidenciou o redirecionamento da atenção administrativa para as demandas de inclusão digital, alimentação e moradia. Dessa forma, problematizaram as necessidades materiais necessárias para a sobrevivência e a continuidade dos estudos no contexto pandêmico. Destaca-se a particularidade da moradia estudantil e das mães-estudantes com crianças, as quais receberam auxílio emergencial voltado para a creche ou para a moradia. Ademais, sinalizaram para a tendência no aumento de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em virtude da crise socioeconômica intensificada pela pandemia, bem como em decorrência do contingenciamento orçamentário que intensifica o cariz focalista, seletivo e excludente à assistência estudantil.

Em se tratando desse contexto e as ações desenvolvidas pelas universidades federais do Nordeste, Silva *et al* (2023) sistematizaram as ações de assistência estudantil sob a ótica das 10 áreas do PNAES. Identificaram que as universidades desenvolveram ações articulando a oferta de auxílio-financeiro com a realização de atividades virtuais. Apontaram para o desenvolvimento de ações transversais que possibilitou contemplar mais de uma área do PNAES, por exemplo: a área de alimentação que articulou a saúde e saúde mental, ou da inclusão digital que articulou o apoio pedagógico.

Compreende-se que as universidades reinventaram suas práticas institucionais para atender as diversas demandas de estudantes em situação de vulnerabilidade, principalmente com o evento da pandemia, seja com a manutenção dos auxílios, com lives, publicações socioeducativas, suporte online, seja com a criação de novos auxílios como o auxílio inclusão criado em todas as universidades pesquisadas.

Moradia estudantil enquanto desafio de permanência e de gestão

A análise da moradia estudantil esteve presente em 17% das produções científicas selecionadas. Em síntese, discutiram sobre o permanecer na residência com contribuições sobre as relações construídas no interior da moradia, a rede de apoio nesse processo de mobilidade estudantil, assim como o desempenho acadêmico, e os desafios da gestão e monitoramento da oferta do serviço de moradia estudantil nas universidades federais.

A experiência de morar na residência universitária foi analisada por Astigarra, Oliveira e Souza (2022) mediante narrativa (auto)biográfica de um acadêmico da Universidade do Vale do Acaraú (UVA). O artigo analisou a afiliação institucional e intelectual do estudante, bem como a sociabilidade existente entre os outros residentes. A análise ressaltou a importância da residência e do restaurante universitário para a permanência na cidade e a participação em atividades técnico-científicas em turnos diversos. Participação esta que não seria possível se não estivesse na residência em virtude do tempo de deslocamento até a cidade natal. Destaque-se que a narrativa enfatizou a universidade e a residência como espaços formativos no âmbito pessoal, acadêmico e profissional, bem como frisou a contribuição da moradia estudantil para “[...] a passagem da graduação à pós-graduação (mestrado), após o acadêmico superar as dificuldades de viver longe da família e de ampliar a sociabilidade dentro da residência com os colegas” (Astigarra; Oliveira; Souza, 2022, p. 367).

Nessa seara de experiência em morar na residência universitária, Rodrigues e Ramos (2023) realizaram pesquisa de campo do tipo pesquisa-participante junto a estudantes residentes na moradia estudantil de uma universidade pública de Minas Gerais. A pesquisa foi realizada no decorrer de 07 dias em um apartamento feminino com 04 estudantes negras, pobres, da periferia, estudantes de primeira geração e egressas da escola pública. Dentre elas, uma estava grávida. As discussões abordaram as dificuldades para permanecer na cidade sem auxílio-financeiro da universidade e da família, sendo necessário desenvolver atividades de trabalho informal para conseguir algum tipo de renda e, assim, custear as despesas pessoais e acadêmicas. O texto apresenta a problematização das opressões, e destaca 03 delas: machismo, racismo e a fome. Analisa-as de forma a articular com as implicações negativas para o desempenho acadêmico, principalmente a fome. Acrescenta-se as tensões no âmbito da família relacionadas ao curso de ingresso, às dificuldades financeiras, à fome, ao racismo.

Diante das análises realizadas, constituímos indícios que apontam para modos de vida pautados pela opressão e pela desumanização, mas também, pelo trabalho e pela esperança de um futuro melhor, a ser conquistado por meio do ato de estudar. Percebemos que as vivências na universidade pública permitem a estas estudantes uma formação, para além dos espaços formais da universidade e das salas de aula. Neste sentido, a própria Moradia Estudantil emerge como um espaço educativo. Ainda que eduque sobre o sofrimento e certo abandono, a vivência na Moradia Estudantil também pode educar para a construção coletiva, a luta organizada e para o confronto contra as desigualdades sociais (Rodrigues; Ramos, 2023, p. 28).

Ratificamos a importância de problematizar as demandas de permanência de maneira ampla sob os aspectos materiais e simbólicos com vistas a construir uma política de assistência estudantil ampliada e intersetorial.

O artigo de Lacerda, Yunes e Valentini (2022) apresentou o resultado da pesquisa realizada com 20 estudantes de uma universidade federal do Rio de Janeiro, e com um ano de vivência na moradia estudantil. Objetivou analisar a rede de apoio e o apoio social desses sujeitos, e a contribuição para a continuidade e conclusão do curso. Os autores apontaram para a importância da família e dos amigos como relações significativas para a superação das dificuldades acadêmicas, financeiras e emocionais. Elencaram, também, três categorias de estudo a partir das entrevistas realizadas: tutoria, suporte emocional e preocupações materiais.

Importante ressaltar que a moradia universitária é parte de uma política de assistência estudantil com características de apoio institucional que também se constitui em um macrosistema. Dessa forma, os resultados indicaram que a moradia estudantil é percebida e experienciada como sustentáculo e proteção para a continuidade do estudante. Em alguns casos, é o elo que garante a permanência e a possibilidade de concluir o curso (Lacerda; Yunes; Valentini, 2022, p. 14).

De fato, a moradia universitária é vista como mecanismo de proteção a esses sujeitos e como ambiente que potencializa o apoio social, bem como a trajetória formativa proporcionando qualidade de vida e disciplina nos estudos, para além dos outros suportes necessários.

Sobre a relação desempenho acadêmico e moradia, Cintra e Ribeiro (2023) buscaram analisar a relação existente entre o ingresso na moradia estudantil e o desempenho desses estudantes na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A partir dos dados de 79 estudantes antes, durante e após o ingresso na moradia, constataram que não houve correlação positiva entre rendimento e moradia. O estudo também aponta um dado curioso, os estudantes de tempo parcial possuem rendimento melhor que aqueles de tempo integral, mesmo no caso de ambos morando na residência universitária. Concluíram que “a estratégia de ofertar moradia estudantil não deve ‘caminhar’ isolada, pelo menos quando se referir a atender aluno vulnerável, haja vista a complexidade e histórico de variáveis desfavoráveis na sua formação” (Cintra; Ribeiro, 2023, p. 15).

Souza e Costa (2020) investigaram sobre as limitações do monitoramento e avaliação do PNAES na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) a partir do programa de residência universitária. Enfatizaram a importância do monitoramento do desempenho acadêmico dos estudantes residentes na moradia estudantil para pensar os possíveis motivos que implicam no baixo rendimento.

Também destacaram a ausência de mecanismos de avaliação da efetividade do PNAES para avaliar o seu alcance e as lacunas existentes nesta política. Metodologicamente realizaram: a) entrevista com o gestor da política e este relatou as limitações da equipe para o acompanhamento e avaliação da assistência estudantil na universidade; entrevistas com estudantes da residência universitária, e problematizaram as implicações de não haver avaliação desse programa, o que pode gerar a intensificação das desigualdades no âmbito universitário. Os estudantes reconhecem que a residência estudantil contribui significativamente para permanência na universidade. Entretanto, emergem em seus relatos questionamentos acerca dos critérios de permanência no programa, especialmente em relação a estudantes considerados retidos ou que, na percepção dos entrevistados, não dependeriam mais do benefício. Essas falas sugerem uma tensão entre a preocupação institucional com a conclusão dos cursos e a necessidade de monitorar continuamente as condições sociais e acadêmicas que justificam o acesso à política de assistência estudantil.

No âmbito dos desafios e práticas na gestão de moradias universitárias públicas brasileiras, Pereira, Amorim-Ribeiro e Soares (2024) entrevistaram 12 gestores de moradia universitária representando as cinco regiões brasileiras. Todavia, devemos levar em consideração que essas são falas oficiais da gestão universitária. As entrevistas foram realizadas via Google Meet no ano de 2021, e buscaram identificar os desafios e as estratégias de solução no processo de assistência aos estudantes que moram nas residências universitárias.

Foi possível perceber que todos os gestores buscam promover um ambiente saudável nas moradias onde atuam, recorrendo a suas habilidades pessoais e profissionais. No entanto, muitas iniciativas são implementadas e perdem força ao longo do tempo, sugerindo não contemplar a contento as demandas dos estudantes (Pereira; Amorim-Ribeiro; Soares, 2024, p. 15).

Os resultados indicaram que os gestores buscam desenvolver práticas voltadas para a saúde física e mental, bem como para a mediação de conflitos e a manutenção da estrutura física. Ponderaram que a questão monetária se traduz em uma alta demanda estudantil, enquanto as universidades públicas enfrentam orçamentos reduzidos para a promoção de maior número de vagas para os auxílios financeiros, assim como para programas de moradia, saúde, cultura e lazer. As autoras refletiram sobre as implicações do Estado mínimo que acarreta condições precárias de vida, e que se apresentam como desafios no âmbito universitário no contexto de democratização da universidade pública.

Visibilidade para a saúde e saúde mental

A saúde mental passa a ser visibilizada à medida que as transformações societárias intensificam as desigualdades sociais e econômicas, o que gera implicações para a qualidade da formação em meio a incertezas e inseguranças dos sujeitos que possuem apenas a força de trabalho como instrumento de subsistência.

Milagres, Reis e Domingues (2022) realizaram revisão narrativa a fim de problematizar o apoio psicossocial para a permanência e o desempenho acadêmico de qualidade dos estudantes. As análises indicaram sentimentos atrelados ao adoecimento mental/sofrimento psíquico, vivenciado pelos estudantes, dificultam a aprendizagem.

É importante a relação existente entre as políticas de assistência estudantil e as vivências acadêmicas dos universitários, pois os sentimentos pessoais vividos pelo estudante, associados à sua percepção de segurança, de conforto e de pertencimento à comunidade acadêmica, implicam não apenas na sua permanência no Ensino Superior, mas também na qualidade do seu aprendizado e na produção de conhecimento. Para que o aluno possa se desenvolver no Ensino Superior, atingir um bom desempenho acadêmico e concluir os estudos é necessário associar a qualidade da formação oferecida, as políticas de assistência estudantil, as quais envolvem o apoio psicossocial e as vivências acadêmicas satisfatórias e saudáveis (Milagres; Reis; Domingues, 2022, p. 14).

O artigo defende que o apoio psicossocial é basilar para a promoção da igualdade de oportunidades na produção do conhecimento, na aprendizagem, e para evitar a evasão, uma vez que a relação aluno-instituição contribui para que o mesmo permaneça e se sinta pertencente a ela.

Em acordo com tal proposição, Trindade, Salaroli e Almeida (2022) analisaram os serviços de saúde, no âmbito da PNAES, de 08 universidades federais do Nordeste. Por meio de questionário no *Google Forms*, enviado às universidades com perguntas a respeito da atenção à saúde voltada para a comunidade discente, concluíram que, em virtude da inexistência de uma política que regulamente esta oferta, as instituições desenvolvem ações conforme as prioridades elencadas por elas e as suas condições de recursos humanos e financeiros. As universidades ofertam serviços limitados a estudantes em situação de vulnerabilidade quando se refere à saúde mental, pois “foi possível identificar priorização na atenção à saúde mental dos universitários, na medida em que todas as IFES ofertaram serviços de psicologia” (Trindade; Salaroli; Almeida, 2022, p. 225).

Não obstante, as universidades encontram dificuldades em dialogar com a rede local de saúde em decorrência dos parâmetros que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo um deles a territorialização no que diz respeito ao acompanhamento contínuo de estudantes de outros municípios. Além disso, as autoras destacaram as parcerias entre assistência estudantil e setores internos e externos à universidade para a oferta de ações no âmbito da saúde.

Gomes *et al* (2023), referente às ações e intervenções voltadas para os estudantes, realizaram análise documental dos relatórios de gestão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e das notícias veiculadas nas redes sociais da instituição. As autoras buscaram problematizar a atenção à saúde mental estudantil ofertada no período de 2010 a 2020 na referida universidade. Apontaram que dois desafios perpassam essa temática: a continuidade das ações e a intersetorialidade dos setores, departamentos e faculdades da UFAL na realização das mesmas. Evidenciaram a tendência de reduzir a saúde mental ao campo da psicologia com ações preventivas, individualistas e, por vezes, pontuais. Ressaltaram, ainda, a necessidade da interdisciplinaridade no trato da saúde mental, bem como da promoção do bem-estar da comunidade acadêmica, considerando que a organização da academia tende a adoecer estudantes, docentes e demais profissionais. Concluíram que esse tema é pouco visibilizado, embora tenha acompanhado as políticas de democratização com o ingresso de profissionais da psicologia após o PNAES (2010) na UFAL. Ademais, ponderaram a necessidade de outros profissionais para reconhecer as demandas de saúde mental para além do indivíduo isolado.

Menda *et al* (2022), sobre as equipes de assistência estudantil, aplicaram questionário para analisar o perfil dos profissionais, as condições de trabalho e as demandas que chegam até as equipes multiprofissionais das 69 universidades federais. Participaram da pesquisa assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, uma vez que as autoras supuseram que esses profissionais estariam em todas as universidades.

[...] porém, a realidade é que somente os assistentes sociais estão presentes em todas as equipes (dado seu caráter de controle de acesso aos benefícios por meio do perfil socioeconômico que é de sua responsabilidade). Os demais profissionais, muitas vezes, estão alocados em outros setores da universidade (Menda *et al*, 2022, p. 605).

Outrossim, cabe ressaltar a diversidade de demandas que chegam as equipes multiprofissionais, sendo a principal em cada área: dificuldades financeiras (serviço social); adaptação ao ambiente acadêmico (pedagogia); ansiedade (psicologia). Finalizaram afirmando a necessidade de capacitação sobre temas atinentes à saúde mental para que os profissionais possam intervir nas situações imediatas, bem como de forma preventiva.

O apoio pedagógico como potencializador da formação

Os artigos sobre apoio pedagógico revelam que esse serviço é ofertado de forma incipiente nas universidades federais, donde decorre a escassa produção científica acerca do tema. Não obstante, a importância desse serviço, para melhorar o desempenho acadêmico, é reconhecida pela comunidade estudantil.

O estado da arte sobre assistência estudantil e o serviço de apoio pedagógico na educação superior, foi realizado por Dias (2020), e analisou teses, dissertações e artigos científicos. O autor concluiu que, com exceção de um artigo entre os 27 trabalhos analisados, as produções não abordaram, e tampouco construíram um conceito de apoio pedagógico na educação superior em um cenário de democratização e de ampliação das formas de acesso.

O estudo de caso realizado por Gomes e Schlickmann (2024) apresentou resultados de uma pesquisa realizada com estudantes que participavam do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Dentre os dados sistematizados, destacam-se: a motivação da procura ser a necessidade de apoio pedagógico para o conteúdo das disciplinas; baixa participação de cotistas; alto índice de evasão do programa; número de vagas ofertadas maior que o número de estudantes inscritos; taxa de conclusão/participação menor que 50%.

A pesquisa suscita inquietações quanto aos motivos dessa exclusão das ações de apoio pedagógico, que podem estar fundamentadas no contexto social dos(as) estudantes como a necessidade de trabalhar e a consequente falta de tempo para se dedicar às atividades complementares. É emergente investigar os fatores que obstruem o engajamento de estudantes oriundos das políticas afirmativas nas ações de apoio pedagógico, sobretudo os estudantes dos cursos noturnos, cuja dificuldade de participação é ainda maior (Gomes; Schlickmann, 2024, p. 16).

Por outro lado, as notas dos estudantes que participam do programa melhoraram, sendo avaliado que o apoio pedagógico contribuiu para suprir suas necessidades, bem como mitigar as fragilidades educacionais relacionadas ao ensino médio.

Sem recurso, não há esporte!

Os dois artigos que discutiram sobre o desenvolvimento da área de esporte e lazer no âmbito universitário, assinalaram para a diminuta visibilidade da prática esportiva e de lazer enquanto potencializadores da formação e rendimento acadêmico, embora não houve estudos empíricos para demonstrar a correlação entre o esporte, lazer, qualidade de vida e rendimento acadêmico. Soma-se a essa perspectiva a problematização dos poucos recursos financeiros destinados para essa área do PNAES.

Ferreira e Cintra (2023) analisaram o orçamento destinado ao esporte e ao lazer de 69 universidades federais por meio de pesquisa documental. Objetivaram identificar o repasse dos recursos financeiros do PNAES e a vinculação com essa política. Defenderam que o esporte e o lazer constituem ações que contribuem para a formação integral do estudante, o rendimento acadêmico, a cidadania e a qualidade de vida.

Nota-se na prática, que as universidades federais sofrem de insegurança jurídica no que tange ao gasto do recurso do PNAES com ações de esporte e lazer, bem como o grupo de alunos atendidos -vulneráveis ou não, haja vista que o Decreto PNAES orienta quais ações devem ser contempladas, mas não como e nem quais (Ferreira; Cintra, 2023, p. 15930).

Evidenciaram, por meio dos dados levantados, a retração orçamentária do PNAES a partir de 2020 e, como consequência, a redução do orçamento para o esporte e lazer. Por conseguinte, enfatizaram que o esporte, majoritariamente, quando recebe investimento, é no esporte de alto rendimento, e não como ação para minimizar a desigualdade em seu acesso e de promoção à saúde física e mental.

Não obstante, destacaram que as demandas de subsistência ganham maior visibilidade em detrimento à prática esportiva e de lazer. Esse dado revela o aspecto econômico no acesso ao esporte e lazer que é reproduzido no que diz respeito a quem tem acesso e pode usufruir. Isto é, a delimitação de classe social que condiciona o exercício dessa prática, sendo reproduzido no orçamento do PNAES que se destina, primordialmente, às demandas de alimentação, moradia e transporte.

Por conseguinte, os autores Vieira e Athaíde (2023) analisaram a gestão e o financiamento da política de esporte na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Mediante análise documental e entrevista aberta com discentes e gestores, discutiram sobre o esporte universitário e a contribuição da mobilização estudantil para a formulação de uma política de esporte na universidade. Assinalaram que “a frágil institucionalidade do esporte na UFOB não nos permite afirmar a existência de uma política esportiva institucional, elemento a ser construído no âmbito da política de assistência estudantil” (Vieria; Athaíde, 2023, p. 06). Ora, as prioridades da universidade, na destinação dos recursos do PNAES, são, majoritariamente, para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para elucidar esse dado, destacaram a fala de um gestor que afirmou a prioridade da alimentação, pois, para praticar esporte, era necessário está alimentado. Apreende-se, assim, a incompletude da política que põe em xeque demandas essenciais, porém hierarquizadas no debate de sobrevivência com mínimos sociais e formação de qualidade com atendimento das necessidades básicas.

Pessoa com deficiência e inclusão educacional

O artigo Inclusão de alunos com deficiência nos cursos de graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), escrito por Giordani *et al* (2020), derivou da análise documental dos programas, projetos e documentos institucionais da UFTM referentes à inclusão de estudantes com deficiência.

Com a universalização do acesso aos cursos de graduação, a UFTM, apesar de todos os avanços na busca de condições adequadas para o desenvolvimento integral dos diferentes acadêmicos, dentre eles as pessoas com deficiência, necessita que sejam ampliados os seus recursos de natureza humana, orçamentária, tecnológica e físico-estruturais. Destaca-se que nas questões estruturais são imprescindíveis maiores investimentos em recursos de acessibilidade arquitetônica em todas as áreas da universidade, adaptando as já existentes e proporcionando espaços adequados para atendimento dos estudantes (Giordani *et al*, 2020, p. 159).

Dessa forma, evidenciaram a precariedade do atendimento a esse público, tendo em vista a insuficiência de recursos financeiros e humanos, bem como de estrutura física para atender as demandas decorrentes do processo formativo. Articularam a discussão com a política de assistência estudantil, embora haja um núcleo de acessibilidade específico que não constitui o organograma dessa política na UFTM. Por fim, pontuaram a desarticulação entre o ensino, pesquisa e extensão na elaboração de iniciativas que pautem a inclusão educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da produção analisada, a operacionalização da assistência estudantil nas universidades públicas do Brasil segue a tendência de atender as demandas imediatas de maneira focalista e pontual. Pondera-se as dificuldades de gestão e atuação de profissionais especialistas no complexo processo de democratização da educação superior pública: de um lado, a ampliação das vagas, interiorização das instituições federais e implementação das políticas de cotas sociais, raciais e de deficiência aumentam o número de estudantes que carecem de necessidades básicas para continuar, permanecer e concluir os estudos. Por outro lado, o avanço da financeirização do capital, o esgarçamento do fundo público e a política de ajuste fiscal implicam em cortes orçamentários, o desmonte das políticas sociais de proteção, a monetização das respostas às demandas de sobrevivência, e a redução do alcance dos serviços públicos, principalmente na proteção social dos indivíduos em desvantagens sociais e econômicas.

A configuração das políticas sociais, dentre elas a assistência estudantil na política educacional, tende a ser moldada pelo viés assistencial, emergencial, pontual e focalista, ou seja, um paliativo que visa a manutenção dos padrões mínimos de sobrevivência material dos sujeitos necessitados selecionados entre os mais necessitados que entram nas universidades públicas, mas que assim mesmo fazem parte de um pequeno grupo de sua classe social que tem acesso ao ensino superior. Nesse

raciocínio, Nascimento (2012, p. 152) assevera que a importância para a “leitura crítica do conceito de assistência assim como do conceito de necessidade, uma vez que o primeiro não se reduz ao provimento de subsídios materiais de forma focalizada/seletiva, e o segundo está para além do atendimento das necessidades restritas de sobrevivência”.

À vista disso, considera-se a permanência estudantil como articulação das dimensões “econômica (apoio financeiro, bolsas, auxílio transporte, alimentação, moradia etc.); acadêmica (apoio pedagógico, identificação de dificuldades acadêmicas dos estudantes e busca por respondê-las) e simbólica (pertencimento, não discriminação, acolhimento, respeito à diversidade)” (Heringer *et al*, 2025, p. 191). Sob essa perspectiva, as produções científicas se concentram majoritariamente nas análises teóricas e empíricas da dimensão econômica, embora seja evidenciado contribuições na interlocução da permanência material com a permanência acadêmica e simbólica. Além disso, constatou-se a parca abordagem sobre as áreas de esporte, cultura e lazer, inclusão educacional, apoio pedagógico e saúde mental. Aponta-se, também, a ausência de uma política de monitoramento e avaliação institucional e nacional, assim como de estudos sobre a operacionalização da política de assistência estudantil nas universidades estaduais.

Por fim, a questão orçamentária está presente na maioria dos artigos, problematizando o cenário de democratização da educação superior *vis a vis* ao contingenciamento financeiro que implica na redução da diversidade e alcance dos programas, na configuração focalista e seletiva dessa política e na centralidade da sobrevivência material em detrimento à formação integral.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. *Plano Nacional de Assistência Estudantil*. (Sem local): Adifes, 2007. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em: 02 fev. 2026.

ALMEIDA, Alexandre Nascimento de; SILVA, Pedro Vieira da. Desempenho acadêmico e as dificuldades dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 29, n.1, p. 76-94, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2020v29n1.49798>.

ASTIGARRAGA, Andrea Abreu; OLIVEIRA, Bruna Gêssica; SOUZA, Rosely Monte. A experiência de morar na residência universitária da UVA a partir da narrativa (auto)biográfica de um acadêmico. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 15, n. 2, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.18764/2358-4319v15n2.2022.27>.

BRAGA, Simone Bitencourt; SANTOS, Terezinha Fatima Andrade Monteiro dos. A permanência dos estudantes no ensino superior em tempos de pandemia: uma análise a partir das ações de assistência estudantil da Universidade Federal do Pará. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 1090–1106, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v10n3a2021-62374>.

BRITO, Eugênio Nunes Silva; PINHEIRO, Daniel Calbino; TAMEIRAO, Cinthya Rocha. Avaliação da efetividade do programa nacional de assistência estudantil: o caso da UFVJM. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, e9611, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v18i49.9611>.

CÂMARA, Kathiurcia Montovanelli Cazotti; NUNES, Isabel Matos. Programa de assistência estudantil e os desafios para a permanência no ensino superior. *Revista Educação*, v. 17, n. 1, p. 114-135, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33947/1980-6469-v17n1-4859>.

CESPEDES, Juliana Garcia *et al.* Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 113, p. 1067-1091, out./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902418>.

CINTRA, Renato Fabiano *et al.* Reflexo da pandemia Covid-19 nas ações da assistência estudantil: análise nas instituições federais de ensino superior. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p.01-20, setembro-dezembro, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2022.e83898>.

CINTRA, Renato Fabiano; RIBEIRO, Ivano; COSTA, Benny Kramer. Moradia estudantil e índice de desempenho acadêmico: análise quantitativa na Universidade Federal da Grande Dourados. *Dialogia*, São Paulo, n. 43, p. 1-20, e22834, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5585/43.2023.22834>.

CRUZ, Sibelle Cardia Nunes *et al.* Impacto dos programas institucionais sobre desempenho acadêmico na FURG. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 34, e08747, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18222/ea.v34.8747>.

CUNHA, Jacqueline Kelly Almeida; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de; FERNANDES, Natália Rigueira. Assistência estudantil na educação superior: a trajetória do programa nacional de assistência estudantil na Universidade Federal de Ouro Preto. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, São Cristóvão, v. 16, n. 35, p. e18808, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v16i35.18808>.

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. Apoio pedagógico e assistência estudantil: um estado da arte. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 126-145, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5585/cpg.v19n2.18136>.

DUTRA, N. G. dos R.; SANTOS, M. F. de S. Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: A disputa de concepções. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100006>.

FADAIRO, Geraldine Fifame Dona *et al.* A assistência estudantil no Brasil: uma avaliação na gestão da Universidade Federal do Pará. *Debates em Educação*, Maceió, v. 12, n. 27, p. 370–387, 2020. DOI: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12n27p370-387>.

FERREIRA, N. I. de O.; CINTRA, R. F. O orçamento do PNAES e a “fatia” do esporte e lazer nas universidades federais brasileiras: mais do mesmo!? *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 14, n. 9, p. 15912–15938, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i9.2194>.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 37, e228757, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>.

GIORDANI, Camila Cunha Oliveira *et al.* Inclusão de alunos com deficiência nos cursos de graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT). *Revista Triângulo*, Uberaba, v. 13, n. 3, p. 143–163, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18554/rt.v13i3.5073>.

GOMES, Helana Miranda da Cruz; BRASILEIRO, Tania Suely Azevedo; GOMES, Luís Alípio. Assistência estudantil e educação superior: avanços e desafios em uma universidade pública na Amazônia. *Revista Exitus*, Santarém/PA, Vol. 13, p. 01 - 25, e023023, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2226>.

GOMES, Lucélia Maria Lima da Silva *et al.* Saúde mental na universidade: ações e intervenções voltadas para os estudantes. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 39, e40310, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469840310>.

GOMES, Luiza Souza Ioppi; SCHLICKMANN, Raphael. Política de apoio pedagógico no ensino superior: um estudo de caso. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 29, e024003, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id275628>.

GUERRA, Francisco Laerton Teixeira *et al.* Estudantes de licenciatura em Educação Física com bolsas acadêmicas apresentam melhores desempenhos no Enade. *Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, Santa Maria, v. 10, n. 19, e64484, p. 1–10, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318133864484>.

HERINGER, Rosana Rodrigues *et al.* Para além do apoio material: avanços e desafios para a permanência estudantil nas universidades federais brasileiras. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, Vitória, v. 13, n. 1, pp. 185-209, 2025. DOI: <https://doi.org/10.47456/f4gw1131>.

JULIÃO, Cassiano Roberto Ferreira; PEREIRA, Luiz Ismael; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. O impacto do programa nacional de assistência estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 203-225, janeiro-abril 2022. DOI: [10.5007/1983-4535.2022.e84021](https://doi.org/10.5007/1983-4535.2022.e84021).

LACERDA, Izabella Pirro; YUNES, Maria Angela Mattar; VALENTINI, Felipe. Permanência no ensino superior e a rede de apoio de estudantes residentes em moradia estudantil. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 8, p. 01-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/riesup.v8i00.8663399>.

MACEDO, Geórgia Dantas; SOARES, Swamy de Paula Lima. Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 25, n. 2, p.439-457, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200011>.

MALUF, Samia Nagib; XAVIER, Antônio Roberto; VICTOR Dijane Maria Rocha. Políticas públicas de assistência estudantil: a percepção de discentes de uma universidade federal do Ceará, Brasil. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 4, e47410414380, 2021. DOI: [10.33448/rsd-v10i4.14380](https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.14380).

MATTOS, Kéli Renata Corrêa de; MATTE, Luciane Inês; MARASCHIN, Mariglei Severo. Ensino superior remoto e as políticas de enfrentamento a pandemia de COVID-19 na Universidade Federal de Santa Maria. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 10, e024042, 2024. DOI: [10.20396/riesup.v10i00.8668712](https://doi.org/10.20396/riesup.v10i00.8668712).

MENDA, Cynthia *et al.* Perfil das equipes de assistência estudantil nas universidades federais do Brasil no atendimento à saúde mental dos estudantes. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 03, p. 591-608, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000300011>.

MENEZES, Abel Smith *et al.* Programa nacional de assistência estudantil e desempenho acadêmico: evidências empíricas, diferentes reflexões. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p.91-113, maio-agosto, 2023. DOI: [10.5007/1983-4535.2023.e92562](https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e92562).

MILAGRES, Viviane Martins Ferreira; REIS, Lilian Perdigão Caixêta; DOMINGUES, Sérgio. O apoio psicossocial e as vivências acadêmicas dos estudantes universitários. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, SP, v. 10, p. 01-19, 2022. DOI: [10.20396/riesup.v10i00.8666009](https://doi.org/10.20396/riesup.v10i00.8666009).

NASCIMENTO, Clara M. Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. FONAPRACE (Org.). Fonaprace - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: UFU: PROEX, p. 147-57, 2012. Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

PEREIRA, Patrícia Azaña Rezende; AMORIM-RIBEIRO, Elisa Maria Barbosa de; SOARES, Adriana Benevides. Desafios e práticas na gestão de moradias universitárias públicas brasileiras. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 124, p. 1 – 21, jul./set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362024003204271>.

RIBEIRO, Danielle França; SILVA, Napiê Galvê Araújo. Programa de Assistência Estudantil: impactos da bolsa permanência para estudantes da modalidade EaD. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 185-203, setembro-dezembro, 2021. DOI: [10.5007/1983-4535.2021.e79353](https://doi.org/10.5007/1983-4535.2021.e79353).

RODRIGUES, Ermita de Souza Santos; RAMOS, Bruna Sola da Silva. Adentrando uma moradia estudantil feminina: opressão e desumanização no contexto de estudantes pobres. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 9, p. 01-31, 2023. DOI: [10.20396/riesup.v9i00.8665690](https://doi.org/10.20396/riesup.v9i00.8665690).

SCHER, Aline Juliana; OLIVEIRA, Edson Marques. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza/PR. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100002>.

SILVA, Thales Fabricio da Costa *et al.* Execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil pelas universidades federais do Nordeste no contexto da pandemia da Covid-19. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Goiânia, v. 39, n. 1, e113925, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol39n12023.113925>.

SOUZA, Rafael Cipriano de; COSTA, Maria Aparecida Tenório Salvador da. Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 107, p. 362-385, abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801803>.

TRINDADE, Samara Nagla; SALAROLI, Luciane Bresciani Chaves; ALMEIDA, Ana Paula Santana Coelho. Atenção à saúde no âmbito do programa nacional de assistência estudantil em universidades federais do nordeste do Brasil. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 210-230, setembro-dezembro 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2022.e88137>.

VIEIRA, P. R. da S.; ATHAYDE, P. F. A. Análise do esporte na política universitária de assistência estudantil na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. *Caderno de Educação Física e Esporte*, Marechal Cândido Rondon, v. 21, p. e30692, 2023. DOI: [10.36453/cefe.2023.30692](https://doi.org/10.36453/cefe.2023.30692).

Submetido: XX/XX/20XX

Preprint: XX/XX/20XX

Aprovado: XX/XX/20XX

Editor de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto do manuscrito já estão disponíveis em sua totalidade e sem restrições.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autora 1 - Conceitualização, Escrita: rascunho original.

Autor 2 - Escrita: revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Para a elaboração desse manuscrito foi utilizada o recurso de Inteligência Artificial ChatGPT para a realização da seguinte atividade: sistematizar o percurso metodológico utilizado pelos artigos analisados na revisão sistemática. A autoria declara que todo o material derivado de tal processo foi revisado e assume total responsabilidade por todo o conteúdo do manuscrito.

ⁱ O PNAES (2007) foi elaborado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em colaboração com o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.